

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.555.117 - MS (2019/0224943-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : **OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES - MS004862**  
**HADNA JESARELLA RODRIGUES ORENHA E OUTRO(S) - MS010526**  
**ALESSANDRA ARCE FRETES - MS015711**  
**AGRAVADO** : **DULCINETE ROSA DA COSTA**  
**ADVOGADOS** : **DENILTON BORGES LEITE E OUTRO(S) - MS015426**  
**JESSICA FERNANDES SANTOS BORGES LEITE - MG169968**

## DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA – PRELIMINAR DE COISA JULGADA AFASTADA – RETRIBUIÇÃO DE AÇÕES – EXTRATO SEM RECEBIMENTO DO CREDOR – SEM VALOR PROBATÓRIO – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Houve notícia na fase de conhecimento da demanda coletiva acerca do pagamento de ações a 10.115 titulares de crédito, porém esta quitação não foi reconhecida na sentença, nem mesmo de forma parcial, tendo sido determinada a retribuição de ações sem qualquer abatimento. A decisão agravada, por isso, não ofende a coisa julgada, ficando afastada a preliminar arguida nesse sentido. 2. Os documentos apresentados pela agravante não comprovam o efetivo recebimento das ações pela parte credora" (fl. 40, e-STJ).*

No recurso especial, a recorrente alega que houve violação dos arts. 502, 370, 425, IV, 509 e 525 do Código de Processo Civil de 2015. Sustenta, em suma, que a entrega das ações já ocorreu e que tal matéria não pode ser revista neste momento processual.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Sem contraminuta (fl. 114, e-STJ).

É o relatório.

### DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

O tribunal estadual assim dirimiu a controvérsia:

*"(...)*

*Reconheço que, de fato, houve notícia na fase de conhecimento da demanda coletiva acerca do pagamento de ações a 10.115 titulares de crédito, porém esta quitação não foi reconhecida na sentença, nem mesmo de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*forma parcial, tendo sido determinada a retribuição de ações sem qualquer abatimento.*

*A decisão agravada, por isso, não ofende a coisa julgada, ficando afastada a preliminar arguida nesse sentido.*

*(...)*

*Por outro lado, o alegado pagamento à parte agravada não restou comprovado pela agravante nesta fase executiva.*

*É sabido que o pagamento não admite presunção e deve ser provado por quem o alega (art. 333, I, do CPC), sob pena de ter que pagar novamente (bis dat qui cito dat), se pagou mal.*

*Importante observar que os documentos apresentados pela agravante como prova de recebimento e, inclusive, posterior transferência pela parte credora/agravante, consiste em simples extrato do Banco Santander que, mesmo em conjunto com procuração existente nos autos principais do BNDES à Telebrás S/A, nada prova, se desacompanhado do Certificado de Depósito de Ações (art. 43 da Lei n.*

*6.404/76) e/ou dos Livros Sociais (art. 100 da Lei n. 6.404/76) ou de qualquer recebimento expresso da parte credora.*

*(...)*

*Pela absoluta ausência de comprovação, deve ser tida por não efetuada a quitação de 8.619/8.620 ações a cada contrato.*

*Ante o exposto, conheço e rejeito preliminar de ofensa a coisa julgada, bem como nego provimento ao presente agravo de instrumento, mantendo incólume a decisão agravada" (fls. 41-43, e-STJ).*

Nesse contexto, não é possível a esta Corte apreciar o entendimento exarado na origem, porquanto teria que, necessariamente, rever o contexto fático-probatório dos autos, procedimento inviável nesta via extraordinária, consoante disposto na Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator